

Programa Nacional Colombiano de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)

PES & Nature-Based Solutions · Good practice · Colômbia

Pontuação de qualidade: 47/100

Força da evidência: Descriptive / self-reported

Sumário

O Decreto-Lei 870/2017 da Colômbia criou um marco legal nacional que paga proprietários de terras para conservar páramos, florestas e zonas húmidas; em 2024 o governo reportou cerca de 743.000 ha já inscritos (157.637 ha atualmente ativos) em 214 projetos e 8.771 famílias em 19 departamentos.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Carbon — sequestration / storage, evidenced	1/3
Biodiversity — conservation / improvement, evidenced	2/3
Water & soil — retention, infiltration, erosion control	2/3
Fire resilience — risk reduction, evidenced	0/3
Governance, certification & transferability	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-07-04

[Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible \(MADS\)](#) — acedido a 2026-07-04

[MADS — official PSA program page](#) — acedido a 2026-07-04

[Decreto-Ley 870 de 2017 \(legal text\)](#) — acedido a 2026-07-04

[El Espectador — PSA in collective territories: progress, tensions](#) — acedido a 2026-07-04

[Infobae — Colombia has conserved 260,110 ha via PSA](#) — acedido a 2026-07-04

[BIOFIN/UNDP — Bogotá district PSA water-fund case study](#) — acedido a 2026-07-04

Citar — Evidoria. *Programa Nacional Colombiano de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)*. ID persistente: 8bd883af-4db6-4a99-a319-b8b282c68ad2.